

## NOTA CURRICULAR

DIOGO MANUEL COSTA GONÇALVES, que usa também DIOGO COSTA GONÇALVES, nasceu em Lisboa, a 28 de setembro de 1980. É casado e pai de sete filhos.

Frequentou a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa onde se licenciou (2003), com média final de 17 valores, e prestou provas de mestrado (2008), apresentando a tese “*Fusão, cisão e transformação de sociedades comerciais – A posição jurídica dos sócios e a delimitação do statuo viæ*”, com a classificação 18 valores (2008), e de doutoramento (2014), apresentando a dissertação “*Pessoa coletiva e sociedades comerciais – Dimensão problemática e coordenadas sistemáticas da personificação jurídico-privada*”, tendo sido aprovado com distinção e louvor (com a classificação numérica de 18 valores).

É docente da mesma Faculdade desde 2004, no presente Professor Auxiliar do grupo de ciências-jurídicas.

Desde 2009, é membro da comissão executiva do Código das Sociedades Comerciais Anotado (*CSC Clássica*) e da comissão de redação da Revista de Direito das Sociedades (*RDS*).

Durante os anos de 2010, 2012 e 2013 realizou diversos períodos de investigação no *Max-Planck-Institut für Ausländisches und Internationales Privatrecht*, em Hamburgo. Visitou ainda, nos mesmos anos, a *Ludwig-Maximilians-Universität München*.

É membro da associação *Friends of the Hamburg Max Planck Institute for Comparative and International Private Law*, da *Associação Luso-Alemã de Juristas (Deutsch-Lusitanische Juristenvereinigung)* e do *Governance Lab*, grupo de investigação jurídica e reflexão crítica sobre temas relacionados com o governo das organizações, coordenado por Paulo Câmara.

É ainda membro da direção do *Instituto de Direito Privado – IDT* e investigador do *Centro de Investigação de Direito Privado (CIDP)*, ambos ligados à Faculdade de Direito de Lisboa.

Desde 2008 até ao presente, realizou diversas conferências em cursos de pós-graduação, jornadas, cursos de especialização e ações de formação nas áreas do Direito Civil, Comercial e do governo das organizações.

Em 2008, integrou a comissão que preparou o Projeto de Código das Sociedades Comerciais da Guiné-Bissau bem como os diplomas de adaptação do Direito interno guineense à OHADA, sob a coordenação do Professor Doutor António Menezes Cordeiro.

Em 2013 colaborou com o Professor Doutor Eduardo Paz Ferreira na elaboração de diversos projetos legislativos relativos ao mercado de capitais, solicitados pela Comissão de Mercado de Capitais de Angola.

Em 2015, colaborou ainda na elaboração de uma Anteprojeto de Código das Sociedades Comerciais para Cabo Verde.

É jurisconsulto e árbitro.

## PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES

“Da auctoritas como elemento constitutivo da juridicidade: a génese do jurídico”, *RFDUL XLIII* (2002) 1, 585-610 ; “Educação Religiosa nas Escolas Públicas”, *RFDUL XLIII* (2002) 2, 1333-1360 ; *Erro Obstáculo e Erro Vício – Subsídios para a determinação do alcance normativo dos artigos 247º, 251º e 252º do Código Civil*, 2004 ; “Direitos especiais e o direito de exoneração em sede de fusão, cisão e transformação de sociedades comerciais”, *O Direito* 138 (2006) II, 313-362 ; “Educação Religiosa Católica nas escolas estatais, em Portugal: o estado da questão em 2006”, *Estudos sobre a Nova Concordata: Santa Sé - República Portuguesa, 18 de Maio de 2004*, 2006 (em co-autoria com Paulo Adragão) ; *Pessoa e Personalidade – Fundamentação ontológica da tutela*, 2008 ; “Pessoa e Ontologia: uma questão prévia da ordem jurídica”, *Estudos de Direito da Bioética* II, 2008, 125-182 ; *Fusão, cisão e transformação de sociedades comerciais – A posição jurídica dos sócios e a delimitação do statuo viæ*, 2008 ; “O regime de responsabilidade por dívidas em casos de cisão simples múltipla – Anotação ao Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 19 de Fevereiro de 2004”, *ROA* 68 (2008) II/III, 1015-1049 ; “Fusões transfronteiriças – A transposição da 10ª Directriz e a proposta de Lei nº 236/X”, *RDS I* (2009) 2, 339-377 ; “As recentes alterações ao regime da fusão de sociedades – A Lei nº 19/2009, de 12 de Maio e o Decreto-Lei nº 185/2009, de 12 de Agosto”, *RDS I* (2009) 3, 553-581 ; “A acção *ut singuli* (de responsabilidade civil) e a relação do Direito Cooperativo com o Direito das Sociedades Comerciais”, *RDS I* (2009) 4, 885-922 (em co-autoria com Manuel Carneiro da Frada) ; *CSC anotado* (António Menezes Cordeiro), 2.ª ed., 2011, 97.º-129.º ; “Adiantamentos sobre o lucro do exercício: breves reflexões”, *RDS II* (2010) 3/4, 575-627 ; “O governo de sociedades por quotas – Breves reflexões sobre a celebração de negócios entre o gerente e a sociedade”, *O Governo das Organizações – A vocação universal do corporate governance* (Paulo Câmara), 2011, 95-123 ; “O impedimento do exercício do direito de voto como proibição genérica de actuação em conflito”, *RDS III* (2011) 3, 657-712 (em co-autoria com Pedro de Albuquerque) ; *Código do Governo das Sociedades Anotado* (Paulo Câmara), 2012 (1.4 Quórum deliberativo) ; “Notas breves sobre a socialidade e a parassocialidade”, *DSR V* (2013) 4, 779-799 ; “A cooptação de administradores pelo conselho de administração – Algumas reflexões”, *A designação de administradores* (Paulo Câmara), 2015, 89-106, também publicado na *DSR VI* (2014) 3-4, 543-561 ; *Pessoa coletiva e sociedades comerciais – Dimensão problemática e coordenadas sistemáticas da personificação jurídico-privada*, 2015 ; “A perda da qualidade de sociedade aberta (delisting de ações) e tutela dos acionistas minoritários” *RDS VII* (2015) 1, 55-85 (em co-autoria com Manuel Carneiro da Frada) ; “Apontamentos sobre a desconsideração da personalidade jurídica no Projeto de Código Comercial brasileiro” *RDS VII* (2015) 2, 297-324 ; “Personalidade vs. capacidade jurídica – um regresso ao monismo conceptual?”, *ROA* 75 (2015) I/II, 121-150 ; “A remuneração dos administradores das instituições de crédito – o comité de

remunerações”, *RDS VII* (2015) 3/4, 509-533 ; “Dogmáticas de transição e o seu lugar na evolução dos sistemas”, *RDC I* (2016) 1, 153-181 ; “Dogmáticas de transição, evolução dos sistemas e desafios ao ensino do Direito”, *Academia 14* (2016) 27, 41-77 (Argentina) ; “O reconhecimento das fundações privadas: personificação ou limitação da responsabilidade?”, *RFDUL LVII* (2016) 1, 9-46 e “Contributo para o estudo da pessoa jurídica no Direito civil brasileiro”, publicado”, *Civilistica.com* 5 (2016), I, disponível in <http://civilistica.com/wp-content/uploads/2016/07/Goncalves-civilistica.com-a.5.n.1.2016.pdf>.